

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido

Realização



Apoio



DISPOSITIVOS DE CONTROLE DOS CORPOS NA EDUCAÇÃO OITOCENTISTA MARANHENSE

José Carlos Lima Costa¹

Resumo: O artigo utiliza a noção de dispositivo como ferramenta para explorar a educação maranhense do século XIX, com foco nas complexas relações entre o corpo e os processos educacionais. Compreender como os dispositivos de controle nas instituições educacionais maranhenses do século XIX influenciaram a construção de identidades e a regulação de comportamentos, evidenciando as relações de poder que permeavam a sociedade oitocentista. Para analisar os documentos normativos, relatórios e fontes documentais, adotou-se uma abordagem teórico-metodológica inspirada na História Cultural. Para fundamentar tais análises recorreu-se a autores e autoras como Agamben (2009), Araújo (2013), Chartier (2002), Foucault (2005, 2011, 2013) e Louro (2006). A análise revelou que dispositivos de controle, através das normas disciplinares, formavam uma complexa rede de influências sobre as instituições educacionais no Maranhão. Tais análises contribuíram para uma compreensão das configurações sociais da educação à época.

Palavras-chave: Relações de Poder. Dispositivo. Corpo. Educação Maranhense Oitocentista.

DISPOSITIFS OF BODY CONTROL IN NINETEENTH-CENTURY MARANHENSE EDUCATION

Abstract: The article uses the notion of dispositif as a tool to explore education in Maranhão during the 19th century, focusing on the complex relationships between the body and educational processes. It aims to understand how control dispositifs in nineteenth-century Maranhão educational institutions influenced the construction of identities and the regulation of behaviors, highlighting the power relations that permeated nineteenth-century society. To analyze normative documents, reports, and documentary sources, a theoretical-methodological approach inspired by Cultural History was adopted. This analysis was grounded in the work of authors such as Agamben (2009), Araújo (2013), Chartier (2002), Foucault (2005, 2011, 2013), and Louro (2006). The analysis revealed that control mechanisms, through disciplinary norms, formed a complex network of influence over educational institutions in

¹ Doutorando em Educação, pela Universidade Federal do Maranhão. Pesquisa sobre corporeidade e envelhecimento na educação maranhense. E-mail: jcl costa@discente.ufma.br

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

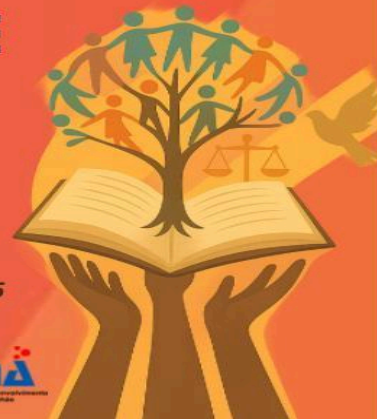
Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



Maranhão. These findings contribute to an understanding of the social configurations of education at that time.

Keywords: Power Relations. Dispositif. Body. Nineteenth-Century Maranhão Education.

DISPOSITIVOS DE CONTROL DE LOS CUERPOS EN LA EDUCACIÓN MARANHENSE DEL SIGLO XIX

Resumen: El artículo utiliza la noción de dispositivo como herramienta para explorar la educación maranhense del siglo XIX, con foco en las complejas relaciones entre el cuerpo y los procesos educativos. El objetivo es comprender cómo los dispositivos de control en las instituciones educativas maranhenses del siglo XIX influyeron en la construcción de identidades y la regulación de comportamientos, evidenciando las relaciones de poder que permeaban la sociedad ochocentista. Para analizar los documentos normativos, informes y fuentes documentales, se adoptó un enfoque teórico-metodológico inspirado en la Historia Cultural. Dicho análisis se fundamentó en autores y autoras como Agamben (2009), Araújo (2013), Chartier (2002), Foucault (2005, 2011, 2013) y Louro (2006). El análisis reveló que los mecanismos de control, a través de normas disciplinarias, formaron una compleja red de influencia sobre las instituciones educativas de Maranhão. Estos hallazgos contribuyen a una comprensión de las configuraciones sociales de la educación en esa época.

Palabras clave: Relaciones de Poder. Dispositivo. Cuerpo. Educación Maranhense Ochocentista.

INTRODUÇÃO

Acredito que a noção de dispositivo é uma ferramenta importante para a compreensão da educação maranhense do século XIX, bem como das relações entre o corpo e os processos educacionais. Motivado pelo interesse em contribuir para os estudos sobre a corporeidade na história da educação, pretendo considerar as perspectivas subjacentes às concepções de corpo na educação oitocentista no Maranhão e a maneira como elas estão vinculadas às complexas relações de poder (Foucault, 2013).

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



Nesse sentido, o objetivo central do estudo é compreender como os dispositivos de controle, nas instituições educacionais maranhenses do século XIX, influenciaram a construção de identidades e a regulação de comportamentos, evidenciando as relações de poder que permeavam a sociedade oitocentista. Diante disso, a questão que norteia este estudo é: em que medida os dispositivos de controle (normas disciplinares, higiene, sexualidade e atividades cotidianas) influenciaram a construção de identidades e a regulação dos corpos dos alunos nas instituições educacionais do Maranhão no século XIX?

Para responder a esse questionamento, adotei os pressupostos teórico-metodológicos da História Cultural, conforme proposto por Roger Chartier (2002), que focaliza o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada e interpretada. A opção pela História Cultural justifica-se por seu foco nas representações e práticas, o que me permitiu analisar como os dispositivos de controle espelhavam a sociedade, construindo as experiências e identidades de sujeitos educados no Maranhão oitocentista.

A análise dos documentos revelou o funcionamento das normas e dos dispositivos de poder no cotidiano escolar maranhense, destacando como higiene, saúde e disciplina física integravam uma rede de elementos discursivos, arquitetônicos e corporais que produziam efeitos concretos nas instituições educacionais do período.

O estudo direciona-se à compreensão de como a sociedade oitocentista incorporava concepções de corporeidade nas práticas educativas, utilizando a análise de dispositivos de controle para desvelar tanto as normas quanto as práticas cotidianas que moldavam a interação entre corpo e educação. Dessa forma, o estudo pode contribuir para a compreensão das configurações sociais da época, evitando "representações simplistas, unívocas, petrificadas, da dominação social ou da difusão cultural" (Elias, 2001, p. 23).

O artigo divide-se em quatro seções, além desta Introdução e das Considerações Finais, temos: em "Dinâmicas e Dispositivos de Poder na Educação", discuto a relação

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



entre corporeidade e poder, com análise de normas, regulamentos e exames como dispositivos de controle em instituições como a Casa dos Educandos e Artífices e o Asilo de Santa Teresa. Em "A Sexualidade como Dispositivo na Educação", examino a regulação dos corpos por discursos morais, religiosos e médicos, abordando punições a comportamentos dissidentes e a educação feminina voltada ao casamento e à maternidade, sob a lógica patriarcal.

DINÂMICAS E DISPOSITIVOS DE PODER NA EDUCAÇÃO

A concepção de dispositivo que adotei neste estudo baseia-se nas reflexões de Michel Foucault (2013), que o define como um conjunto heterogêneo que abrange instituições, discursos, estruturas arquitetônicas, leis, regulamentações, medidas administrativas, proposições científicas, filosóficas, morais e filantrópicas. “Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos” (Foucault, 2013, p. 364). Sobre a mesma categoria, Agamben (2009) acrescenta:

É um conjunto heterogêneo, linguístico e não-linguístico, que inclui virtualmente qualquer coisa no mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de polícia, proposições filosóficas etc. O dispositivo em si mesmo é uma rede que se estabelece entre esses elementos [...] O dispositivo tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve sempre numa relação de poder. [...] Como tal, resulta do cruzamento de relações de poder e de relações de saber (Agamben, 2009, p. 29).

Exemplo desse fenômeno pode ser observado na Casa dos Educandos e Artífices do Maranhão, criada pela Lei Provincial nº 105, de 23 de agosto de 1841, com o objetivo de acolher "moços desvalidos, de preferência os enjeitados, e dar-lhes instrução e primeiras letras e um ofício" (Viveiros, 1953, p. 15), oferecendo educação profissional em ofícios como sapateiro, carpinteiro e marceneiro. A instituição estabelecia um amplo espectro normativo que regulava tanto a disciplina e o funcionamento interno quanto as normas de conduta e convivência em espaços públicos, delimitando locais permitidos,

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIÉDADA DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



comportamentos em via pública, posturas durante a permanência na instituição e formas de interação com as autoridades, conforme evidenciado no fragmento a seguir:

Art. 28. Um Educando não pode sahir á rua sem licença, nem só. Também não pode sahir senão com o seu fardamento. Art. 29. E' prohibido entrar em tabernas; parar em esquinas; conversar no meio das ruas ou largos; acompanhar quem não seja Educando; fallar á qualquer superior sem a continência devida; não parar para fazer o cortejo ao Presidente da Província, e ao seu Director; fallar áo Director e ao Presidente da Província sem ser com os braços cruzados, quando não esteja em uniforme; fallar ao respeito aos Educandos mais velhos. Art. 30. São prohibidas todas as palavras deshonestas, e toda e qualquer disputa entre os Educandos, e as ordens dadas pelos Cabos em nome do Agente, ou por este da parte do Director, devem ser cumpridas sem replica. (Regulamento, 1841, p. 66).

A rotina escolar na Casa dos Educandos era rigorosamente estruturada, iniciando-se às cinco horas da manhã com inspeção para verificar presença, identificar enfermos e assegurar que os estudantes estivessem adequadamente trajados, mantendo "asseio e regularidade" (Regulamento, 1841, p. 64). Em seguida, os alunos participavam de preces pelo imperador e pela administração da instituição, sendo depois conduzidos à sala de instrução de primeiras letras até as oito horas, quando o toque da sineta assinalava o intervalo para o almoço sob supervisão. Após a refeição, os estudantes eram direcionados às oficinas específicas, com jantar servido às treze horas e ceia às dezenove horas.

A configuração arquitetônica da Casa dos Educandos e Artífices incluía salas para oficinas, dormitórios, capela, cozinha, enfermaria e uma instalação prisional para sancionar infratores. Essa estrutura possibilitava a distribuição sistemática dos estudantes por faixa etária e nível profissional, além de demarcar o espaço punitivo, assegurando a imposição da disciplina sobre os corpos. Como afirma Foucault (2011, p. 135), "a disciplina procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço. Para isso, utiliza de diversas técnicas".

Sob vigilância constante e disciplina rigorosa, transgredir as normas estabelecidas implicava sanções graduadas e hierarquizadas, cuja severidade variava conforme a gravidade da infração. Essas punições incluíam desde a exposição pública

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIIDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



perante os demais educandos alinhados até a imposição de servir às mesas dos colegas. Adicionalmente, os infratores podiam ser privados de uma das refeições, conduzidos ao xadrez da instituição por período de um a oito dias ou, nos casos mais graves, sujeitos à expulsão ou ao encaminhamento forçado para o Exército ou a Marinha.

Essas sanções contavam com o amparo do regulamento instituído em 2 de dezembro de 1841, sendo tidas como mecanismos indispensáveis à inserção social dos alunos. Ademais, com a anuência da direção da instituição, findo o período de aprendizado, os docentes e mestres podiam lançar mão de outras penalidades, tais como a reiteração exaustiva de exercícios, o uso da palmatória ou quaisquer outros métodos que considerassem apropriados ao processo formativo (Castellanos, 2019).

Outro mecanismo de controle na Casa dos Educandos e Artífices era a classificação meritocrática, que hierarquizava os estudantes conforme suas capacidades intelectuais, morais e habilidades industriais. As normas institucionais previam premiações para aqueles que demonstravam adesão aos métodos de ensino e observância rigorosa da ordem estabelecida. Em contrapartida, os educandos sem aptidões para leitura, escrita ou trabalhos manuais eram classificados como imbecis, inaptos ou bastardos, sendo negligenciados pelo diretor por representarem, supostamente, aplicação indevida dos recursos provinciais.

Como instrumento para essa categorização, realizavam-se exames públicos que, conforme Foucault (2011), exerciam função importante nos processos de subjetivação por meio das interações entre saber e poder. O exame, ao articular vigilância hierárquica e sanção normalizadora, desempenhou funções disciplinares nas instituições de ensino, incorporando mecanismos de distribuição, classificação, aplicação máxima das forças e do tempo individual, acumulação contínua de resultados e composição eficiente das aptidões, conforme evidenciado no excerto a seguir:

O exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. É por isso que, em todos

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido

Realização



Apoio



os dispositivos de disciplina, o exame é altamente ritualizado. Nele vêm-se reunir a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade (Foucault, 2011, p. 177).

O exame revela-se como dispositivo central que condensa as múltiplas formas de vigilância e mobiliza a atuação de agentes como diretores, professores e mestres. Sua função primordial consiste em classificar e hierarquizar os estudantes com base em suas capacidades físicas e intelectuais, operando como mecanismo de exposição pública que distingue os aptos dos inaptos. Desse modo, o exame cumpre o papel de identificar aqueles considerados "adequados" para integrar-se à sociedade, respeitando suas normas e contribuindo produtivamente para a economia.

Outro exemplo relevante é o Asilo de Santa Teresa, fundado em 1855 por iniciativa do presidente da província Eduardo Olímpio Martins, com o propósito de acolher meninas vulneráveis, preferencialmente oriundas da Santa Casa de Misericórdia (Araújo, 2013). Conforme estabelecia o Artigo 21 do Regulamento de 1855, eram admitidas meninas entre sete e doze anos, com prioridade para "órfãs de pai e mãe, e as que [fossem] só de pai" (Regulamento, 1855, p. 75).

A instrução no Asilo de Santa Teresa produziu efeitos de subjetivação por meio da assimilação de técnicas, comportamentos e estilos corporais, os quais "envolviam certo esforço por parte do aluno a ser desempenhado" (Araújo, 2013, p. 42). Para tanto, impunha-se disciplina rigorosa que visava à organização racionalizada dos comportamentos e ao aproveitamento temporal qualitativo e produtivo, compreendendo-se a disciplina como "métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade" (Foucault, 2011, p. 133). Considerando o exposto, na instituição as atividades eram organizadas conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 1 - Atividades desenvolvidas no Asilo de Santa Teresa

ORGANIZAÇÃO DO TEMPO	ATIVIDADES
----------------------	------------

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



5:30	Asseio matinal das meninas
6:00	Oração matinal
7:00	Aula de primeiras letras
8:00	Almoço (primeira refeição do dia)
9:00	Aula de primeiras letras - continuação
11:00	Aula de costura
12:00	Descanso
13:00	Jantar
14:00	Aulas de Costura
17:00	Merenda
18:30	Doutrina cristã
20:00	Ceia
21:00	Recolhimento para os dormitórios

Fonte: Regulamento do Asilo de Santa Teresa, 1855.

Diante do exposto, acredito que a finalidade da disciplina rigorosa no Asilo de Santa Teresa consistia em moldar os corpos das educandas. Essa prática visava torná-los dóceis, com a intenção de constituir uma formação voltada para o matrimônio. O próprio Regulamento do Asilo de Santa Teresa (1855) apresenta algumas normas para o casamento e pagamento do dote das residentes, o qual deve ser responsabilidade do presidente da província e do diretor da instituição de ensino.

O currículo do Asilo de Santa Teresa refletia esse propósito formativo, sendo organizado em quatro classes distintas. A primeira classe contemplava instrução elementar e moral, incluindo leitura, escrita, doutrina cristã, aritmética, gramática, geografia, história prática e desenho. A segunda classe era dedicada aos exercícios com agulha em suas diversas modalidades. A terceira classe abrangia práticas de economia

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



doméstica, como cozinhar, lavar, engomar e confeitaria. A quarta classe, por fim, oferecia noções gerais de música (Regulamento, 1855).

Conforme estabelecia o Regulamento de 1855, ao final de cada ano letivo realizavam-se exames abrangendo as disciplinas das três primeiras classes, cabendo ao presidente da província e ao diretor da instituição regulamentar sua condução, execução e designar os responsáveis pela avaliação. Nesse contexto, eram concedidos três prêmios às alunas que demonstrassem desempenho destacado ao longo do ano e nos exames anuais.

Conforme já mencionado, os exames atuaram como dispositivos de controle, classificação e distribuição no Asilo de Santa Teresa. Os prêmios previstos no regulamento de 1855 representavam a recompensa pela conformidade das estudantes aos modelos pedagógicos e pelo seu comportamento moral e religioso ao longo do ano letivo. Desse modo, exames e sistema de premiação constituíram dispositivos normativos significativos, que estabeleciam disciplina voltada ao estudo e à aquisição de conhecimento e se direcionavam aos corpos em seu caráter acumulativo. Em outras palavras, eram reconhecidas tanto as alunas com destaque acadêmico quanto aquelas que se sobressaíam por suas performances moralmente ajustadas.

A SEXUALIDADE COMO DISPOSITIVO NA EDUCAÇÃO

Cabe salientar que Castro e Castellanos (2016) analisaram os mecanismos de controle médico-sanitário e da sexualidade de jovens do sexo masculino em três instituições educacionais do Maranhão imperial: a Escola de Aprendizes Marinheiros, a Escola Agrícola do Cutim e a Casa dos Educandos Artífices. Tais investigações fornecem subsídios relevantes para a construção de reflexões sobre os dispositivos de poder presentes na esfera educacional maranhense do século XIX.

Durante o Período Colonial, a Igreja Católica exercia domínio por meio de dispositivos de poder ancorados nas Escrituras, embora se observasse permissividade para comportamentos masculinos mais desregrados, enquanto às mulheres restavam

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



submissão e moderação. Os imperativos cristãos conduziam a estratégias de vigilâncias hierarquizadas do corpo (Foucault, 2011) e à imposição de restrições sobre pulsões e desejos, especialmente nas instituições educacionais.

Tais instituições refletiam concepções morais enraizadas na sociedade brasileira, marcadas pela influência cristã e aristocrática. Foi somente no século XIX, com a independência e a urbanização, que alguns costumes se modificaram, embora a estrutura patriarcal tenha persistido. Gradualmente, o discurso religioso foi substituído pelo médico, resultando no aumento do controle sobre o corpo e da "sexualidade e das práticas sexuais licenciosas (originadas na Colônia) sob a normatização da moral médica" (Ribeiro, 2004, p. 17).

Em sua obra *História da Sexualidade I: a vontade de saber* (2005), Michel Foucault introduz o conceito de dispositivo da sexualidade para examinar a construção de uma rede composta por discursos e práticas que abrangem as formas de compreensão e controle do corpo, seus prazeres e as normas que orientam o desejo. Essa rede molda os sujeitos, influenciando a formação das identidades no contexto das relações sociais, conforme assinala o autor:

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder (Foucault, 2005, p.100).

Conforme evidenciado, a sexualidade constitui um dispositivo histórico de gestão dos corpos, no qual elementos como sexo, práticas sexuais e padrões de conduta associados à masculinidade ou feminilidade transformaram-se em mecanismos para a supervisão e regulamentação dos desejos, pulsões e instintos sexuais. Essa abordagem visava instaurar um regime de repressão cujo propósito residiu em garantir a regulação e a demarcação entre o lícito e o ilícito, o proibido e o liberado, o aceitável e o abominável.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS **gesepe.ufma**

Realização



Apoio

**8 a 10 de abril de 2026**
Evento híbrido

Castro e Castellanos (2016) analisam o caso de Avelino Antunes Ribeiro na Casa dos Educandos e Artífices como um dos exemplos de transgressão da moralidade social e religiosa na instituição. O relatório de José Antônio Falcão ao presidente da Província (1843) revela inquietação quanto à prática frequente de masturbação pelo educando, compreendida à época como fenômeno prejudicial ao desenvolvimento físico e mental, e à manifestação de homossexualidade, mesmo diante das repressões impostas pelos vigilantes.

O relatório examinou a homossexualidade como componente disruptivo da personalidade, resultando na imposição da sanção máxima de expulsão (Relatório, 1843). Nesse contexto, qualquer expressão sexual ou performance de gênero que contrariasse os padrões estabelecidos era categorizada como abjeta, impura, adversa, atípica e frequentemente associada a comportamento patológico. A sexualidade dissidente demonstrada pelo educando representou violação dos códigos que normatizavam a experiência sexual e as performances de gênero na instituição, levando à sua caracterização como doença.

Castro e Castellanos (2016) evidenciam que o educando Avelino Antunes Ribeiro mantinha relações sexuais com colegas e educadores durante a noite, em redes ou no mato atrás da instituição. Para coibir a prática, o diretor recorria a punições como amarrar suas mãos, trancá-lo na prisão ou repreendê-lo publicamente, ações que, contudo, não surtiam efeito. O cenário ilustra as táticas punitivas adotadas para comportamentos considerados desviantes sob o pretexto de educar, mobilizando os mecanismos de uma pedagogia inquisitorial sobre o corpo.

À luz das perspectivas de Foucault (2005), discursos e práticas fundamentados em concepções naturalizadas de sujeito, sexo e sexualidade impõem restrições, monitoramento, controle e sanções sobre os indivíduos com base em suas vivências de prazer e desejo. Esse processo resulta na exclusão e segmentação de expressões sexuais percebidas como desviantes ou anormais, relegando às margens da sociedade identidades classificadas como promíscuas, perversas, infames ou patológicas.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



Além da homossexualidade, as relações heterossexuais também eram alvo de censura moral e religiosa, embora toleradas para jovens maiores de 18 anos sob a justificativa de constituírem expressão natural e proporcionarem liberação de energias. Tais questões são evidenciadas no relatório de 1847 do diretor José Antônio Falcão ao presidente da Província Joaquim Franco de Sá.

No caso do educando Francisco da Silva, 22 anos, que transgredia as normas ao banhar-se demoradamente em áreas próximas à instituição, influenciando colegas. O Relatório de 1847 observa que "[o] educando [tornou-se] um perfeito desleixado depois que chegou à idade da puberdade, e todo o seu cuidado e andar sempre ocupado com meretrizes e por essa causa de tudo o mais se esquece, de nada mais cuida", sugerindo sua expulsão (Relatório, 1847).

Sob a perspectiva foucaultiana, a categoria sexo introduz a imposição da unidade e univocidade sobre elementos sexuais ontologicamente distintos. Foucault (2005) sustenta que o conceito de sexo é engendrado por discursos e práticas socialmente impostos, que visam controlar, vigiar e punir os prazeres por meio de regras naturalizadas que fabricam uma suposta coerência entre sexo, gêneros, prazeres, desejos e sexualidade. Desse modo, a categoria sexo transforma-se em efeito da interação entre discurso e poder, legitimando ou desqualificando práticas sexuais específicas.

A problematização de Foucault (2005) centra-se na observação de que a incessante busca pela verdade ao longo dos séculos incitou a reflexão sobre a essência humana em relação ao sexo, processo que deu origem às naturalizações entre sexo, gênero e sexualidade. Essas naturalizações foram instituídas por regimes de saber e poder sob jurisdição de instituições e áreas do conhecimento como medicina moderna, psiquiatria, pedagogia e direito, que passaram a institucionalizar e administrar os saberes acerca das identidades por meio de discursos universais e totalizantes.

Foucault (2005) questiona como a atividade sexual e sua articulação com o gênero passaram a ser objeto de inquirição e administração por discursos que estabeleceram regimes de verdade para controlar, vigiar e punir comportamentos

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



considerados anormais, desviantes, pecaminosos ou patológicos. Ao longo da história, a sexualidade tornou-se alvo de investigações acadêmicas que ampliaram o universo teórico-conceitual. Além disso, incorporou-se ao próprio corpo por meio da atuação dos sujeitos, que se constituem como seres do desejo. Esses sujeitos questionam o contexto social, cultural e político, apontando para a necessidade de abordagens renovadas que ultrapassem os limites reguladores da sociedade. Nesse contexto, o autor afirma:

Não devemos enganar-nos: sob a grande série de oposições binárias (corpo-alma, carne-espírito, instinto-razão, pulsões-consciência) que pareciam referir o sexo a uma pura mecânica sem razão, o Ocidente conseguiu, não somente e nem tanto anexar o sexo a um campo de racionalidade, o que sem dúvida nada teria de extraordinário [...] mas, sobretudo colocar-nos, inteiros- nós, nosso corpo, nossa alma, nossa individualidade, nossa história- sob o signo de uma lógica da concupiscência e do desejo (Foucault, 2005, p.76).

No Asilo de Santa Teresa, as jovens eram educadas para o matrimônio desde a infância, com o casamento rigidamente regulado por práticas discursivas sociais e religiosas. As moças estavam sujeitas a vigilância constante, sendo proibida a entrada de homens sem consentimento do diretor. A regente, responsável pela supervisão e manutenção da ordem, deveria atender a requisitos específicos: ser "uma senhora, viúva ou solteira, de boa moral e costumes sãos; deve possuir habilidades de leitura, escrita e contagem, além de competências em costura e bordado; não pode ser pessoa valetudinária ou acometida por doenças crônicas, e deve ter mais de 35 anos de idade" (Regulamento, 1855).

Desse modo, tanto no Asilo quanto nas demais instituições educacionais do Império, o ensino abrangia leitura, escrita, operações matemáticas básicas e catequese. Conforme Louro (2006, p. 444), "nisso consistiam os primeiros ensinamentos para ambos os sexos, mas logo algumas distinções apareciam: para os meninos, noções de geometria; para as meninas bordado e costura". Nas camadas privilegiadas, algumas moças recebiam instrução em casa, acrescentando piano e francês ao currículo para melhor desempenho nas responsabilidades domésticas, visando capacitá-las para o casamento, conforme ilustrado no excerto:

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

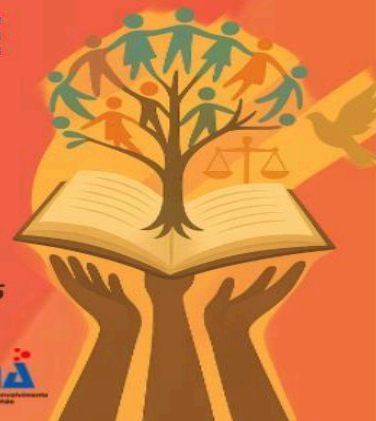
Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



Para as filhas de grupos sociais privilegiados, o ensino da leitura, da escrita e das noções básicas da matemática era geralmente complementado pelo aprendizado do piano e do francês que, na maior parte dos casos, era ministrado em suas próprias casas por professoras particulares, ou em escolas religiosas. As habilidades com agulha, os bordados, as rendas, as habilidades culinárias, bem como as habilidades de mando das criadas e serviços, também faziam parte da educação das moças; acrescida de elementos que pudessem torná-las não apenas uma companhia mais agradável ao marido, mas também uma mulher capaz de bem representá-lo socialmente. O domínio da casa era claramente o seu destino e para esse domínio as moças deveriam estar plenamente preparadas. Sua circulação pelos espaços públicos só deveria se fazer em situações especiais, notadamente ligadas às atividades da Igreja que, com suas missas, novenas e procissões representava uma das poucas formas de lazer para essas jovens (Louro, 2006, p. 446).

As atividades domésticas constituíam o destino reservado às mulheres, especialmente das classes abastadas, com a educação feminina atendendo a uma finalidade específica: nas palavras de Louro (2006, p. 447), "a educação da mulher seria feita, portanto, para além dela, já que sua justificativa não se encontrava em seus próprios anseios ou necessidades, mas em sua função social de educadora dos filhos". As mulheres eram educadas para garantir melhor formação às crianças, cabendo à mãe os primeiros cuidados e ensinamentos. A educação feminina, assim, destinava-se a formação de esposas e manutenção das aparências que precisava performar como mulher preparada, capacitando-a para edificar a família, embora o domínio familiar permanecesse concentrado na figura paterna.

No Asilo de Santa Teresa, a formação para o magistério consolidou-se como uma das poucas atividades profissionais legalmente permitidas às mulheres, exigindo, para tanto, habilidades em corte, costura e bordado. A vida pessoal e o ambiente doméstico das professoras demandavam conduta impecável, pois as famílias lhes confiavam a preservação de sua reputação. Dessa forma, até o século XIX, as mulheres eram educadas para o casamento e, também, para desempenhar a "função de formadoras dos futuros cidadãos" brasileiros (Louro, 2006, p. 447).

Acredito que no século XIX, a educação feminina operava como dispositivo de produção e reprodução de modelos de feminilidade, impondo normas rígidas que

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

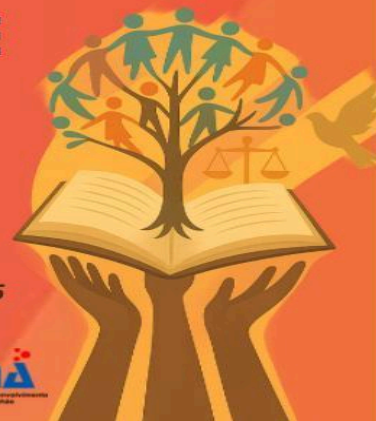
Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



incluíam a manutenção da aparência física, atitudes discretas e controladas, e a resignação como qualidade essencial. As mulheres eram ensinadas a aceitar passivamente sua condição social, fundamentada na crença de sua inferioridade em relação aos homens, sendo vistas como imanentemente frágeis, sensíveis e desprovidas da força necessária para atividades consideradas masculinas.

Assim, o controle sobre os corpos constituía aspecto importante desse modelo, fundamentado na suposta vulnerabilidade feminina. A sociedade, orientada por essa perspectiva, legitimava a necessidade de regular as mulheres para evitar que suas emoções as conduzissem a comportamentos considerados impróprios. O sentimento de maternidade também desempenhava papel fundamental nesse contexto, sendo concebido como inerente à natureza feminina, de modo que desprezar os cuidados com os filhos ou com a família era interpretado como transgressão, rotulando-as como desnaturadas.

As mulheres eram, portanto, socialmente educadas a assumir a maternidade como parte imanente de sua identidade, sendo responsabilizadas pelo cuidado e zelo da família, especialmente dos/as filhos/as. Esse modelo de feminilidade delieava as expectativas sociais e moldava as identidades femininas, restringindo-as a papéis e comportamentos predefinidos pela sociedade oitocentista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, analisei os mecanismos de controle médico-sanitário e da sexualidade em instituições educacionais do Maranhão oitocentista, evidenciando o agenciamento de dispositivos de poder nas práticas sociais e educativas que influenciavam comportamentos e impunham restrições. As transformações do século XIX, marcadas pela substituição gradual do discurso religioso pelo médico, revelaram mudanças nos mecanismos de vigilância sobre os corpos, e o conceito foucaultiano de dispositivo da sexualidade mostrou-se ferramenta analítica importante para

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



compreender a complexa rede de discursos e práticas que moldavam as concepções de corpo, prazer e desejo na educação maranhense à época.

A análise da Casa dos Educandos e Artífices evidenciou estratégias de controle diante de comportamentos considerados desviantes, ilustrando práticas punitivas e a categorização de tais condutas como patológicas, com imposição de normas e vigilância constante que revelaram a atuação dos dispositivos de poder na regulação sexual e a interconexão entre normas sociais, morais e religiosas. Já a abordagem do Asilo de Santa Teresa demonstrou como a educação feminina usou como dispositivo de produção e reprodução de modelos de feminilidade, com normas rígidas, ênfase na aparência física e condicionamento das mulheres aos papéis de mães e educadoras, impondo comportamentos predefinidos pela sociedade da época.

Assim, a concepção de dispositivo revelou-se eficiente para compreender as normas e formalidades, bem como, as práticas cotidianas que estruturaram as interações entre corpo, poder e educação no Maranhão imperial. O estudo demonstrou que os dispositivos de controle influenciaram a construção de identidades e a regulação de comportamentos, bem como demonstrou que tais dispositivos, especificamente normas disciplinares, higiene, sexualidade e atividades cotidianas, atuaram na regulação dos corpos e na construção de identidades, refletindo e reforçando as relações de poder na sociedade oitocentista.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Tradução Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC. Editora Argos, 2009.

ARAÚJO, Claudiane Santos. **Infância negada:** um estudo sobre as relações sociais de meninas negras no Asilo de Santa Teresa (1855-1870). Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/tede/255>. Acesso em: 27 fev. 2024.

CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez. A instrução da criança desvalida no Maranhão oitocentista. **Perspectiva: Revista Do Centro De Ciências Da Educação**, Volume 37, n. 3 – p. 791– 815, jul./set. 2019 – Florianópolis. Disponível em:

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido

Realização



Apoio



<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2019.e61993>.

Acesso em: 29 de fev. 2024.

CASTRO, César Augusto; CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez. As doenças e o controle dos desejos corporais dos meninos recolhidos em instituições educativas maranhenses no oitocentos. **Cadernos de História da Educação**, v.15, n.1, p.222-241, jan.-abr. 2016. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/34633>. Acesso em: 26 fev. 2024.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de Corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Tradução de Pedro Süsskind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização Roberto Machado, 27ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 39 Ed. Rio Janeiro, Petrópolis: Vozes, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na Sala de Aula. In: PRIORE, Mary Del. **História das Mulheres no Brasil**. 8 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

REGULAMENTO da Casa dos Educandos Artífices de 1841. In: **Coleção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão**. Leis nº 1 a 251, 1835 – 1848. Disponível em: <http://apem.cultura.ma.gov.br/siapem/index.php#>. Acesso em: 28 fev. 2024.

REGULAMENTO do Asilo de Santa Teresa de 1855. In: **Coleção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão**. Leis nº 252 a 446, 1849 – 1856. Disponível em: <http://apem.cultura.ma.gov.br/siapem/index.php#>. Acesso em: 28 fev. 2024.

RELATÓRIO de José Antonio Falcão ao presidente da Província do Maranhão Jerônimo Martiniano Figueira de Mello, em 1843.

RELATÓRIO de José Antonio Falcão, Direto da Casa dos Educandos Artífices ao presidente da Província Joaquim Franco de Sá, em 1847.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **Sexualidade e educação: aproximações necessárias**. São Paulo: Arte & Ciência, 2004.

VIVEIROS, Jerônimo de. Apontamentos para a história da instrução pública e particular do Maranhão. **Revista de Geografia e História**, São Luís, v.4, p. 3-43. dez. 1953.